



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 032/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00021 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Segurança Pública - SSP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso aos dados criminais, contidos nos registros / boletins de ocorrência (BO), registrados entre 01.11.2022 e 30.11.2022 no Estado, nas modalidades consumados e tentados, dos crimes que especifica. Atendimento parcial. Razões de fato para a recusa parcial do acesso pretendido indicadas. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 032/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Segurança Pública, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em referência.
2. Em resposta, o órgão forneceu as informações que dispunha, esclarecendo que as outras informações solicitadas não são controladas / sistematizadas pela Secretaria, motivo pelo qual disponibilizou apenas os dados primários, extraídos diretamente do Banco de Dados do Sistema de Registro Digital de Ocorrências da Polícia Civil de São Paulo (RDO). Em recurso o órgão se manifestou acerca da impossibilidade do atendimento da demanda, justificando, dessa maneira, a negativa do acesso as informações classificadas como pessoais, que dizem respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. Insatisfeito o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão forneceu as informações que dispunha e que não possuía restrição de acesso, e, indicou as razões de fato da recusa parcial do acesso pretendido, em conformidade com as disposições legais vigentes, em especial a proteção de documentos, dados e informações pessoais a que se refere o artigo 35 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com alterações posteriores.
5. Assiste razão a Secretaria que negou o acesso as informações pessoais, que potencialmente violam a intimidade, honra, vida privada e imagem das pessoas identificadas ou identificáveis, cujo acesso aos referidos documentos, deve ser restrito, conforme previsto nos artigos 27 a 28 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informações - LAI).
6. Cabe ressaltar que, neste caso, se encontram contrapostos dois direitos fundamentais e constitucionalmente assegurados: o acesso a dados e informações públicos e a proteção da intimidade e vida privada. A Pasta pode avaliar a possibilidade do acesso para consulta em sua sede aos históricos e localização, a fim de possibilitar a identificação do solicitante, em conformidade com o disposto no art. 31, § 1º, II, § 2º e § 3º, da mesma Lei federal nº 12.527/2011, em especial,

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

quanto (i) à comprovação da identidade do solicitante, ou, em se tratando de pessoa jurídica, da identidade de seu representante legal; (ii) à existência de relevante interesse público ou geral na realização da pesquisa que se pretende desenvolver; e (iii) à assinatura do Termo de Responsabilidade sobre não divulgação das informações a que se obtiver acesso, nos termos do § 2º, do artigo 15, do Decreto nº 61.836, 18 de fevereiro de 2016. E o órgão assim procedeu.

7. Considerando que o ente forneceu as informações que dispunha e atendeu, parcialmente, a demanda do interessado, e, indicou as razões de fato para a recusa parcial do acesso pretendido, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, II, e artigo 31, § 1º, II, § 2º e § 3º, da citada Lei federal nº 12.527/2011.

8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 10 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público